



PROPOSTA Patrícia quer aumentar de quatro para seis meses o prazo em que o benefício será pago

Congresso examina o pacote tributário

Senadores e deputados podem instalar amanhã comissão mista para analisar a medida provisória que cria o pacote tributário destinado a incentivar os investimentos e a poupança de médio prazo

Projeto amplia seguro para deficiente

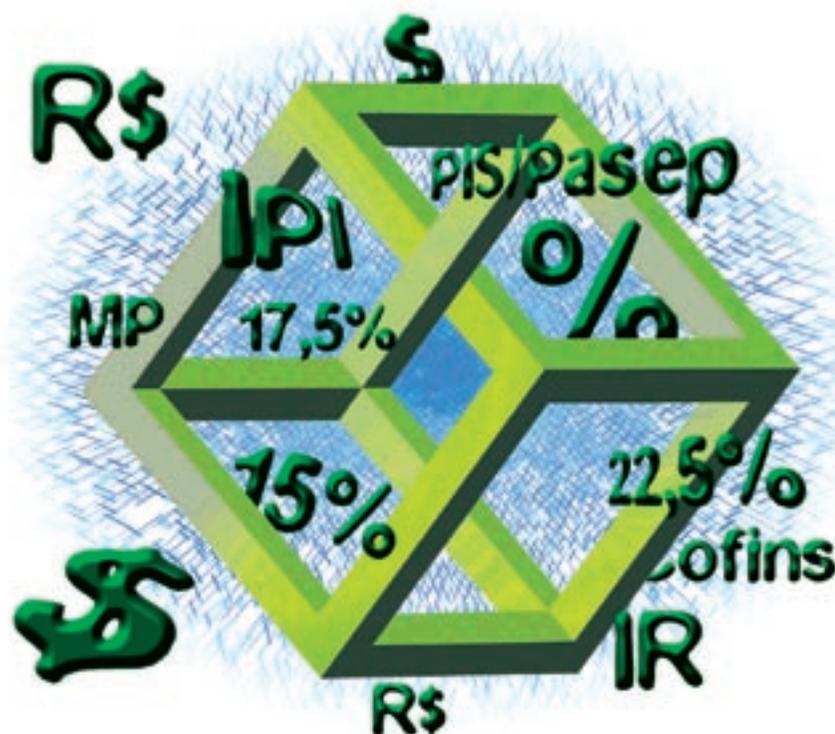
O portador de deficiência física que perder o emprego poderá receber o seguro-desemprego por seis meses. Projeto que amplia o prazo desse benefício, atualmente de quatro meses, foi apresentado pela senadora Patrícia Saboya e está sendo analisado pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Página 4

Doméstica pode ter salário-família

Os empregados domésticos podem ter direito a receber o salário-família, caso seja aprovada proposta apresentada pela senadora Roseana Sarney. Ela não vê justificativa para a exclusão dos empregados domésticos desse benefício assegurado pela Constituição. O projeto tramita na Comissão de Assuntos Sociais.

Página 4



A medida provisória assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no último dia 6 estabelece, entre outros incentivos à poupança nacional, a redução do Imposto de Renda para todas as aplicações de renda fixa com prazo superior a 24 meses. A ideia do governo é levar os aplicadores a optarem por investimentos com prazos mais elevados, alongando o perfil da dívida pública da União. A medida provisória também incentiva a modernização e a ampliação da estrutura portuária do país, suspendendo por cinco anos a cobrança de IPI na venda de equipamentos. Ainda amanhã, pode ser instalada a comissão mista destinada a examinar a medida que reduz as taxas de juros para os tomadores de empréstimo no Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

Página 3

Começa licitação criticada por Simon

Um total de 24 empresas – nove brasileiras e 15 estrangeiras – disputa hoje 913 blocos, grande parte em águas profundas, com possível ocorrência de petróleo. A operação está sendo criticada pelo senador Pedro Simon, que solicitou a convocação da ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, para explicar o assunto.

Página 2





MUDANÇA Fátima Cleide apresenta projeto que exclui distribuidoras de energia do processo de privatização

Fátima Cleide defende estatização do setor elétrico

Já se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para ser examinado, projeto de lei de autoria da senadora Fátima Cleide (PT-RO) que exclui de autorização genérica para privatização, conforme determina a lei que trata do Programa Nacional de Desestatização, as empresas distribuidoras de energia elétrica dos estados de Rondônia, Acre, Piauí, Amazonas e Alagoas.

Fátima Cleide lembra que a ministra do Meio Ambiente, a senadora licenciada Marina Silva, chegou a apresentar projeto em 2001 que exclui da privatização a Centrais Elétricas Norte do Brasil S/A (Eletronorte). O parecer da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) é favorável à aprovação do projeto.

Ela observou que o seu projeto representa mais um esforço para excluir o sistema elétrico da privatização. Para ela, o setor deve ficar sob o controle do Estado, por ser "essencial para o bom funcionamento da economia brasileira", além de oferecer energia mais barata aos menos favorecidos.

Começa licitação de poços de petróleo. Simon teme prejuízos

Senador antevê a possibilidade de multinacionais passarem a controlar as reservas brasileiras

Começa hoje a primeira etapa da licitação de poços de petróleo pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). A operação, que vai até amanhã, foi criticada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que apresentou requerimento solicitando a presença no Senado da ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, para prestar esclarecimentos sobre o assunto.

A preocupação de Simon



RISCO Simon diz que Brasil pode estar sacrificando a possibilidade de se tornar auto-suficiente

com a licitação da ANP é que o Brasil perca a oportunidade de se tornar auto-suficiente em petróleo a partir de 2006, especialmente por causa da li-

citação das áreas denominadas "blocos azuis", que têm potencial para mais de 6 bilhões de barris de petróleo.

Para o senador, o Brasil não deve promover licitações em que possam participar as multinacionais de petróleo. Elas certamente exportariam o produto com celeridade, exaurindo as reservas nacionais, acrescentou.

Os 913 blocos azuis que serão licitados somam 202,7 mil quilômetros quadrados de reservas petrolíferas de qualidade considerada excelente, com valor estimado em US\$ 300 bilhões. É grande o medo de que esse manancial acabe sob o controle de multinacionais, já que, das 24 empresas auto-

rizadas a participar do leilão, apenas nove são brasileiras.

Ontem à noite, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Ayres Britto deferiu, em parte, a liminar requerida pelo governador do Paraná, Roberto Requião, para suspender alguns artigos da lei federal que trata da política energética e das atividades relativas ao monopólio do petróleo.

A suspensão inclui o artigo que dá à empresa privada que explora a concessão o direito de propriedade sobre o gás e o petróleo extraídos.

A decisão do STF não impede a realização do leilão, que depende agora de uma determinação da ANP.

Projeto cria Título da Dívida Fundiária Indígena

Projeto do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que autoriza a União a emitir Títulos da Dívida Fundiária Indígena (TDFIs) tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Esses títulos serão utilizados no pagamento de desapropriações de terras contíguas às áreas indígenas imemoriais e benfeitorias nelas existentes, para solucionar ou evitar conflitos entre índios e demais grupos étnicos locais. Os TDFIs serão reajustados mensalmente, conforme a proposta, que seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será analisada em decisão terminativa.

Jucá explica que sua intenção é dotar a União de instrumento financeiro que permita aos órgãos do Executivo prevenir e solucionar conflitos em terras vizinhas às reservas indígenas já demarcadas.



INSTRUMENTO Jucá quer usar títulos para pagar desapropriações de áreas vizinhas às reservas

Agenda

Plenário: discursos e homenagem

A sessão de hoje, marcada para as 14h30, assim como as demais previstas para esta semana, é não deliberativa, ou seja, dedicada a pronunciamentos de parlamentares, sem votação de matérias. A sessão da próxima

sexta-feira começa às 9h e prevê homenagem à Maçonaria brasileira. Na ocasião, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos lançará selos comemorativos pelo transcurso do Dia do Maçom.

Seminário discute o papel da China

Na quinta-feira, a partir das 14h30, será realizado o seminário O papel da China na Economia Mundial e os Impactos para a Indústria Nacional. Participará do evento o economista-chefe do instituto Economist Intelligence Unit na China, Paul Cavey. O seminário é uma parceria da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado, com a Agência Estado de Notícias e o instituto Economist.



TV Senado

No programa *Cidadania*, que será exibido hoje, às 19h30, pela TV Senado, o professor da Fundação Getúlio Vargas Humberto Falcão Martins faz uma avaliação da gestão pública.

Pelé Eterno

Amanhã, às 20h, o filme *Pelé Eterno*, de Aníbal Massaini, será apresentado no Auditório Petrônio Portella, como parte da programação do XXIV Seminário Nacional da Propriedade Intelectual.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

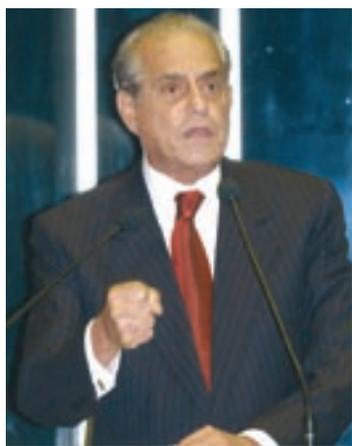
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Audiência com Meirelles e Casseb pode ser na terça-feira

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ainda não recebeu resposta ao ofício que encaminhou na última quarta-feira ao Banco Central e ao Banco do Brasil convidando os seus presidentes para que participem da audiência pública que será realizada em conjunto com a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). O presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), solicitou a Henrique Meirelles, do BC, e a Cássio Casseb, do BB, que compareçam o mais breve possível ao Senado. Portanto, se confirmarem a presença, Tebet poderá acertar com o presidente da CFC, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a audiência conjunta das duas comissões para a próxima terça-feira. Como não foi uma convocação, que possui um prazo regimental de 30 dias a contar da aprovação dos requerimentos, a audiência com Meirelles e Casseb depende da manifestação dos dois.

O acerto firmado na CAE, na última terça-feira, amenizou o tom dos requerimentos do líder da Minoria, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), subscritos também pelos senadores José Agripino (PFL-RN) e Efraim Morais (PFL-PB), que solicitavam a presença de Meirelles e Casseb com base nas denúncias veiculadas pela imprensa de sonegação fiscal e transferência ilegal de recursos para o exterior, entre outras. Meirelles foi formalmente convidado a dar informações sobre as medidas já adotadas para reduzir a vulnerabilidade externa do país, e Casseb, para prestar esclarecimentos sobre os critérios do BB para a concessão



Fotos: Geraldo Magela

URGÊNCIA Ramez Tebet solicitou aos presidentes do BC e do BB que compareçam logo ao Senado

de patrocínios.

Projetos

Se não for confirmada a reunião com os presidentes do BC e do BB, a CAE deverá examinar seis projetos não terminativos no esforço concentrado marcado para a próxima semana. O primeiro item, se não houver inversão de pauta, será o projeto do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que inclui os portadores da hepatite C ou da hepatite B, em sua forma crônica, entre os contribuintes isentos do Imposto de Renda.

Outro assunto a ser examinado pela CAE é o relatório do senador Mão Santa (PMDB-PI) favorável à proposta do senador José Agripino que institui a bolsa de aperfeiçoamento profissional, que permite estágio remunerado em empresas e universidades, financiado parcialmente com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A bolsa, no valor mensal equivalente a R\$ 200 (reajustado anualmente de forma a manter o seu valor real), será concedida pelo prazo máximo de seis meses, podendo ser renovada uma única vez por igual período, sem criar, no entanto, vínculo empregatício. O estágio só será custeado integralmente pelo FAT quando for em universidade pública.

Congresso examina MP que cria pacote tributário

■ Comissão de senadores e deputados deve ser instalada amanhã para analisar medida do Executivo

Deve ser instalada amanhã a comissão mista de deputados e senadores que examinará a medida provisória (MP 206/04) do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assinada no último dia 6, que cria o pacote tributário destinado a incentivar os investimentos e a poupança aplicada a médio prazo. A primeira reunião, quando inclusive serão eleitos os relatores, ocorrerá no Senado, às 14h30, na Ala Nilo Coelho.

A MP reduz de 20% para 15% o Imposto de Renda cobrado sobre os ganhos com fundos de ações negociadas em bolsas de valores. Ao mesmo tempo, a medida provisória aumenta de 15 para 30 dias o prazo para recolhimento de IPI, a partir de outubro próximo, exceto para bebidas, cigarros, automóveis,

tratores e máquinas agrícolas.

A grande novidade da MP, para aumentar a poupança nacional, é a redução do Imposto de Renda para todas as aplicações de renda fixa com prazo superior a 24 meses, hoje com percentual único de 20% sobre os ganhos. Pela proposta, a partir de 1º de janeiro do ano que vem, quanto menor o prazo da aplicação, maior o IR. Assim, aplicações de até seis meses pagarão 22,5%; de até 12 meses, 21%; de até 24 meses, 17,5%; e aquelas com prazo de resgate superior a 24 meses, 15%. A idéia do governo é levar os aplicadores a optarem por investimentos com prazos mais elevados, alongando o perfil da dívida pública da União – essas aplicações são lastreadas em títulos federais.

Para melhorar a capacidade portuária do país, que já enfrenta problemas com o rápido crescimento das exportações (há filas de contêineres nos portos), a mesma medida provisória cria o Reporto – Regime Tributário para Incentivo à Mo-

dernização e à Ampliação da Estrutura Portuária. O maior incentivo é a suspensão, por cinco anos, da cobrança de IPI, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do PIS/Pasep na venda de máquinas, equipamentos e outros bens destinados aos serviços de movimentação de carga nos portos. Se a máquina não for vendida para terceiros, após cinco anos a suspensão se transforma em isenção de IPI.

Ao anunciar o pacote tributário, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, informou que o governo deverá perder cerca de R\$ 3 bilhões por ano em arrecadação, mas o valor será compensado pelo aumento de arrecadação propiciado por alterações feitas neste ano na cobrança da Cofins. Só a mudança no IR das aplicações em renda fixa reduzirá a arrecadação em cerca de R\$ 400 milhões. Essa alteração foi criticada no Senado, porque o governo reduziu a alíquota de um imposto que é dividido com estados e municípios.

Juros mais baixos para o Centro-Oeste

O Congresso Nacional deve instalar amanhã a comissão mista especial que vai analisar a Medida Provisória 205, que institui a subvenção para equalização de taxas de juros nos empréstimos do Fundo Constitucional de Financiamento da Região Centro-Oeste (FCO). A MP faz parte do pacote tributário lançado pelo governo para estímulo à economia, e beneficia os empréstimos a serem tomados até 30 de junho de 2005, significando, na prática,

uma redução nas taxas de juros para os tomadores de empréstimo no FCO, com subvenção do governo. O Tesouro Nacional arcará com R\$ 1 bilhão para subvencionar a baixa de juros.

Conforme a medida, o pagamento da equalização das taxas poderá ser antecipado, e ficará limitado ao diferencial das taxas em relação ao custo de captação. Ficam excluídos dos benefícios os créditos para compra de máquinas e equipamentos agrícolas enquadrados

no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas (Moderfrota), ou na linha de crédito da Finame Especial, financiadora do BNDES. Ambos os programas são regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional.

São as seguintes as taxas efetivas de juros anuais a serem pagas pelos beneficiários: médio produtor rural – 8,75%; grande produtor rural – 10,75%; média empresa – 12%; e grande empresa – 14%.

Pauta do Plenário inclui reforma do Judiciário e Lei da Informática

O Plenário deve realizar cinco sessões não deliberativas durante esta semana e retomar as votações na última semana de agosto, a partir da próxima terça-feira (24), quando poderão ser votados o projeto que altera a Lei da Informática (PLC 32/04) e também os 165 destaques apresentados à reforma do Judiciário (PEC 29/00), dando continuidade ao exame dessa matéria em primeiro turno. Pelo acordo firmado entre lideranças partidárias para funcionamento

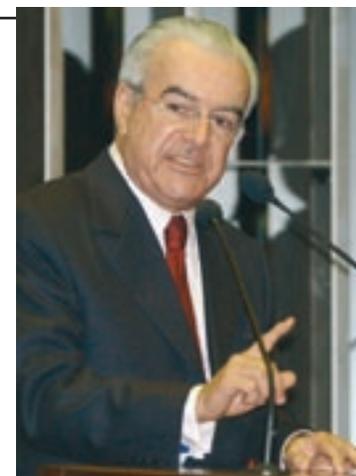
da Casa até as eleições municipais de outubro, novo esforço concentrado de votações será feito após o feriado de 7 de setembro.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), comunicou durante a ordem do dia da última quinta-feira que tentaria um acordo para votar a Lei da informática, projeto que tramita em regime de urgência constitucional, tendo prioridade em relação às demais matérias. O líder do governo no

Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), informou que o projeto da Lei da Biossegurança (9/04) também deveria ser votado durante o esforço concentrado do Congresso.

Na terça-feira, deverá também estar na pauta do Plenário uma medida provisória (MP 189/04) e um projeto de lei de conversão (PLV 42/04) que tratam do repasse de verbas pelo Ministério da Integração Nacional para atender vítimas de estiagem e desastres.

As sessões de hoje a quinta-feira têm início às 14h30, e a de sexta-feira começará às 9h. Essa sessão será dedicada a homenagear a Maçonaria brasileira pelo Dia do Maçom, atendendo requerimento de Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR). No dia 24, antes das votações, o Plenário vai prestar homenagem à memória do ex-presidente Getúlio Vargas, pelo transcurso dos 50 anos de seu falecimento, segundo requerimento de iniciativa do senador Hélio Costa (PMDB-MG).



AGENDA Fernando Bezerra espera votação da Lei da Biossegurança no esforço concentrado do Congresso



PARTICIPAÇÃO Evento contará com a presença de Romeu Tuma, diretor nacional do Interlegis

Interlegis promove evento sobre legislação dos municípios

O projeto Legislação Básica dos Municípios, que surgiu a partir das dificuldades vividas pelos parlamentares estaduais, será apresentado hoje no Encontro com Parlamentares, em videoconferência promovida pela Assessoria Técnica do Interlegis (ATI). Direcionado às assembleias legislativas, o evento contará com a presença do diretor nacional do Interlegis, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Durante o encontro, além da apresentação do projeto, serão discutidos temas como a estruturação dos Poderes; organização do espaço urbano e meio ambiente; orçamento, fiscalização e controle; tributação; educação e saúde; e segurança pública.

O projeto Legislação Básica dos Municípios foi idealizado pelo consultor da Assessoria Técnica do Interlegis, Jales Ramos Marques, e visa indicar para os municípios normas de atendimento às necessidades municipais básicas.

Atualmente, uma equipe multidisciplinar da assessoria do Interlegis, sob a gestão do consultor André Ferrari, desenvolve o projeto com a coordenação de Jales Marques e da organizadora Rozzinethe Monteiro Soares.

Projeto amplia seguro para deficientes sem emprego

■ Patrícia Saboya sugere aumentar para seis meses o prazo máximo de recebimento do benefício

O portador de deficiência física poderá ter ampliado o prazo máximo para recebimento do seguro-desemprego. Projeto neste sentido, de autoria da senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aguardando designação de relator. A proposta (PLS 192/04) altera a lei que regula o Programa do Seguro-Desemprego. Já está encerrado o prazo para recebi-



OBSTÁCULO Pessoas deficientes têm maior dificuldade em conseguir novo emprego, argumenta Patrícia

mento de emendas e a decisão da CAS será terminativa.

De acordo com a proposta da senadora, o trabalhador desempregado que for portador

de deficiência física poderá receber o seguro-desemprego por até seis meses, de forma contínua ou alternada, a cada período de 16 meses, contados da data da dispensa que originou a primeira habilitação. O prazo atual, que vale para portador de deficiência ou não, é de quatro meses.

“Está cada vez mais difícil manter o emprego, e, quando se está desempregado, encontrar outra ocupação. Tal situação tende a ser mais grave quando o desempregado é portador de deficiência física. Afinal, para ele é muito mais difícil conseguir um novo emprego”, argumenta Patrícia Saboya na justificativa da matéria.

Eduardo destaca a importância da reabertura das inscrições para o Fies

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) disse vir em boa hora a reabertura, ontem, das inscrições para o Programa de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). As inscrições somente podem ser feitas por meio da Internet, no site do próprio Fies (<http://fies.caixa.gov.br>), até o dia 10 de setembro.

Em entrevista à Agência Senado, o parlamentar afirma se sentir, de certa forma, atendido pelo governo pela reabertura das inscrições para 50 mil novas vagas, já que, em sua avaliação, ninguém falou mais sobre o assunto na tribuna do que ele próprio. Em 10 de maio, Eduardo já protestava contra a suspensão do Fies, num dos vários pronunciamentos dedicados ao tema em 2004.

O parlamentar lembrou, porém, que as novas vagas são insuficientes para atender à demanda. Ele também critica



LIMITAÇÃO Eduardo elogia decisão, mas lembra que novas vagas são insuficientes para atender demanda

o modo de inscrição, exclusivamente pela Internet. Para se inscrever, o estudante tem de estar matriculado em curso credenciado no Fies e possuir CPF próprio.

Eduardo defendeu a ampliação do financiamento com a adoção de propostas ao relatório aprovado no Senado sobre a Medida Provisória (MP 141/03) que autorizou o refinanciamento das dívidas junto ao antigo Programa de Crédito

Educativo, antecessor do Fies. Entre elas, o fim do fiador, exigido dos estudantes que obtêm o crédito – cujo acerto o senador considera corroborado por recente decisão judicial. O relatório aprovado pelo Senado foi rejeitado pelos deputados.

Contribuição

Eduardo apresentou três projetos que alteram a legislação que criou o Fies. Um deles (PLS 5/04) permite que estudantes carentes paguem metade do financiamento com trabalho social. Outro (PLS 6/04) autoriza BNDES a criar linha de crédito para fortalecer o Fies. O último (PLS 7/04) permite que faculdades privadas usem os certificados do Tesouro Nacional, recebidos como pagamento dos financiamentos estudantis, para pagar dívidas com o INSS. Os projetos estão na Comissão de Educação (CE), aguardando os pareceres dos relatores.



AMPLIAÇÃO Alvaro deseja garantir que auxílio chegue a mais idosos e deficientes

Alvaro quer aumentar acesso a benefício

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou projeto de lei com o objetivo de ampliar o número de idosos e deficientes carentes com direito ao recebimento de benefício mensal do governo, no valor de um salário mínimo. O senador entende que a Lei da Organização da Assistência Social (Lei 8.742/93) restringiu demasiadamente o número de pessoas com direito ao pagamento, por estabelecer que só terá direito a ele a família com renda mensal *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo. “Isso significa que, na prática, apenas os indigentes têm direito ao benefício constitucional”, afirma o parlamentar na justificativa do projeto. Pela proposta de Alvaro Dias (PLS 179/04), não será computada, no cálculo da renda familiar mensal *per capita*, aposentadoria no valor de um salário mínimo concedida a qualquer membro da família. O projeto está em tramitação, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Roseana propõe salário-família para domésticas

A senadora Roseana Sarney (PFL-MA) apresentou projeto estendendo aos empregados domésticos o direito a receber salário-família. A senadora disse que não se justifica a atual exclusão da classe dos empregados domésticos desse benefício assegurado pela Constituição federal.

Roseana lembrou que o Congresso vem inserindo direitos para os empregados domésticos na Lei 5.859, de 1972. Já foram incluídos entre esses direitos o pagamento facultativo de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o direito ao seguro-desemprego.

A senadora pretende agora

estender também o direito ao salário-família a todos os empregados. Desde maio de 2004, o valor da cota de salário-família por filho até 14 anos ou inválido de qualquer idade é de R\$ 20 para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 390 e de R\$ 14,09 para quem ganha entre R\$ 390

e R\$ 586,19.

A matéria (PLS 215/04) terá decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Caso aprovada pela comissão, deverá seguir diretamente para exame da Câmara dos Deputados. O Plenário só examinará o projeto se houver pedido específico dos senadores.



EXAME Projeto de Roseana poderá ter decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais